



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 234

234

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 203786-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTE: CONSUELO CÂNDIDO DA SILVA  
EMBARGADOS: BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL e BANCO ABN AMRO REAL S/A

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PAGAS À ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 291/STJ. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

- Segundo a Súmula 291/STJ, "a ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos";

- Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535, pois os argumentos esposados pela Embargante são mera tentativa de rediscutir matéria já decidida, impõe-se a rejeição do recurso.

A C O R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em REJEITAR os aclaratórios, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões, em

030210

*[Assinatura]*

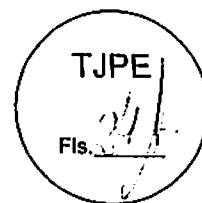
Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Pres. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



235

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 203786-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: CONSUELO CÂNDIDO DA SILVA

EMBARGADOS: BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL e BANCO ABN AMRO  
REAL S/A

R E L A T Ó R I O

Cuidam os autos de Embargos Declaratórios opostos contra decisão (55/56v) desta relatoria, negando seguimento ao Apelo apenso, interposto contra sentença (fls. 19/20) extintiva com resolução meritória de demanda onde se postulava restituição de descontos securitários e expurgos inflacionários sobre contribuições pagas ao plano de previdência privada, reconhecendo a incidência da prescrição quinquenal.

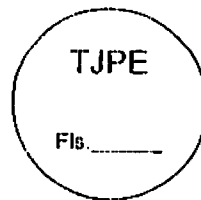
Esclareço que o decisum embargado aplicou o art. 557, caput do CPC - norma que autoriza o Relator a negar seguimento a recurso em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante de tribunal superior - arrimando-se na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, que prevê prescrição quinquenal para ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada, nos termos, inclusive, da Súmula 291/STJ<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos.

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



236

Em seu arrazoado (fls. 02/14), a Embargante alega omissão no julgado em não reconhecer a prescrição vintenária prevista no Código Civil de 1916, o que vulnerou seu direito adquirido.

Sendo assim, requer o provimento dos aclaratórios para suprir a omissão existente e "afastar a prescrição quinquenal", com o retorno dos autos à 1ª instância.

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do Regimento Interno do TJPE.

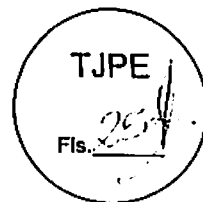
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

237

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 203786-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: CONSUELO CÂNDIDO DA SILVA

EMBARGADOS: BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL e BANCO ABN AMRO  
REAL S/A

V O T O

Não obstante plenamente admissível o empréstimo de efeito infringente ou modificativo aos Embargos de Declaração, como pretende a Embargante, para tanto se exige a existência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada.

Analisando os argumentos expendidos pela Embargante, não vislumbro configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535, apta ao provimento dos presentes embargos, visando a parte unicamente rediscutir matéria já analisada.

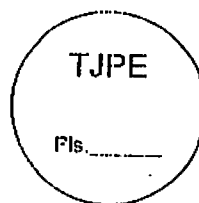
Isso porque para o reconhecimento da prescrição quinquenal pouco importa se a relação entre as partes estava sob a égide do Código Civil de 1916 ou de 2002, por não se constituir obrigação de natureza pessoal abrangida pela regra geral. Não há ofensa, portanto, a direito adquirido da Embargante.

Neste sentido, o seguinte julgado, verbis:

.....



Podor Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DESLIGAMENTO. COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO.

1 - É de cinco anos e não de dez (CC/2002) ou de vinte (CC/16) o prazo prescricional para cobrar expurgos inflacionários decorrentes da devolução de contribuições vertidas pelo empregado a plano de previdência complementar em face do seu desligamento. Precedentes da Segunda Seção.

2 - Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 827.807/MG, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, DJe 03/03/2008)

Nestas condições, o presente recurso é descabido por não se constituir meio hábil para reforma a decisão combatida, não estando configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535 do CPC, para embasar o provimento dos presentes embargos.

Isto posto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 0302-10

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator